

## **15. ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DE PLANTAS DE CONDICIONANTES DO PDM:**

Da **Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana**, submetendo à consideração do Executivo com vista a aprovação da Assembleia Municipal, proposta relativa às cartas que compõem a Planta de Condicionantes Gerais, a Planta de Condicionantes – Riscos Naturais e Antrópicos (Cartas de Perigosidade de Incêndio Florestal e Cartas de Áreas Ardidas), a Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, a Planta de Ordenamento – Património Classificado e Inventariado – Sistema Patrimonial e a Planta de Ordenamento – Mobilidade – Hierarquia Administrativa da Rede Viária.

Remete-se ao Sr. Presidente  
Propor-se agendamento para  
deliberação em reunião de Câmara.  
12/6/2017  
Rui José Araújo

**Assunto:** Atualização ordinária de Planta de Condicionantes do PDM (I/30/DPRRU/2017)

### **Necessidade de atualização dos planos municipais de ordenamento do território**

1. Os planos municipais de ordenamento do território, dada a sua tipicidade e vínculo para os particulares, têm, nos termos do n.º 2 do artigo 28º, do artigo 118º e do artigo 123º do RJIGT, e artigo 119º do RJUE que manter atualizados os seus documentos fundamentais, que no caso do PDM corresponde à Planta de Ordenamento, Planta de Condicionantes e Regulamento.

2. Desde a publicação em Diário da República da 2ª revisão do PDM, a 14 de outubro de 2015, ocorreram vários factos que carecem de ser vertidos para o PDM, nomeadamente para atualização da Planta de Condicionantes, a saber:

#### **2.1. Planta de Condicionantes – Planta de Condicionantes Gerais:**

- a) Eliminação de canal de proteção *non aedificandi* para o lanço da EN 103 – Variante de Gualtar, entre o Nó do Hospital e o Nó Norte (Nó do Fojo) – por publicação da Declaração n.º 16/2016 no Diário da República n.º 44, 2ª Série de 3 de março de 2016, foi revogada a faixa de reserva *non aedificandi* da variante à EN 103.
- b) Atualização da jurisdição e servidão de troços de acesso, nomeadamente o ramo de acesso à Rua de S. Martinho, e o ramo de acesso ao Novo Hospital de Braga, conforme solicitado pela Gestora Regional de Viana do Castelo e Braga das Infraestruturas de Portugal S.A., através dos ofícios 2016REC06964 e 2057187-006.
- c) Classificação como monumento nacional do Santuário de Santa Maria Madalena da Falperra – por publicação do Decreto n.º 1/2017 no Diário da República n.º 1, 1ª Série, de 2 de janeiro de 2017.
- d) Classificação de Interesse Público da Casa e Quinta das Lajes – por publicação da Portaria 177/2016 no Diário da República 2ª Série, n.º 113, 15 de Junho de 2016.
- e) Proposta de Reclassificação para Monumento Nacional do Santuário do Bom Jesus do Monte (ampliação) – por publicação do Anúncio n.º 68/2017 no Diário da República n.º 90, 2ª série, de 10 de maio de 2017.
- f) Proposta de Classificação de Interesse Público ou Interesse Municipal do Paço de Ançariz (ou Quinta da Costa) – por publicação do Anúncio n.º 69/2017 no Diário da República n.º 90, 2ª série, de 10 de maio de 2017.

#### **2.2. Planta de Condicionantes – Riscos Naturais e Antrópicos:**

- a) Atualização das Cartas de Perigosidade de Incêndio Florestal – a elaboração desta carta resulta da atualização do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, tendo já sido “aprovada” na reunião de câmara n.º 61/2016, ordinária pública de 29 de março de 2016.
- b) Atualização das Cartas de Áreas Ardidas – a elaboração desta carta resulta da atualização do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

3. A atualização ordinária da Planta de Condicionantes implica, para manutenção da consistência e coerência entre elementos que constituem o Plano Diretor Municipal, a atualização da Planta de Ordenamento, nomeadamente:

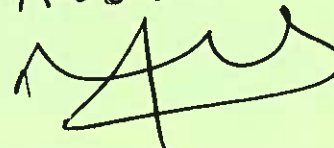
3.1. Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, dada a identificação na carta 56\_4 do canal de proteção *non aedificandi* para o lanço da EN 103 – Variante de Gualtar, entre o Nó do Hospital e o Nó Norte (Nó do Fojo).

3.2. Planta de Ordenamento – Património Classificado e Inventariado – Sistema Patrimonial, dado estas cartas representarem, também o património classificado e em vias de classificação.

3.3. Planta de Ordenamento – Mobilidade – Hierarquia Administrativa da Rede Viária, dada a identificação da jurisdição dos troços rodoviários.

A NS do Excmo

Roberto



AF





**BRAGA**  
Município

Divisão de Planeamento Revitalização e  
Regeneração Urbana

#### **Procedimento de atualização**

4. A atualização ordinária da Planta de Condicionantes constitui-se com um procedimento de alteração simplificado, que não carece de audição de entidades ou discussão pública na medida em que apenas traduz alterações supervenientes já publicadas em Diário da República ou aprovadas segundo legislação especial.
5. Este procedimento de atualização ordinária, que na presente situação implica a atualização da Planta de Condicionantes e Planta de Ordenamento, depende apenas de aprovação da Assembleia Municipal, uma vez que as anteriores versões foram por ela aprovadas, e de envio para depósito na DGT e publicação em Diário da República.
6. Após a publicação em Diário da República deve o facto ser publicitado no Boletim Municipal e na página de internet da CM. Outros meios complementares de divulgação podem ser encetados se o município assim o entender.

#### **Proposta de decisão**

7. Para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 28º, do artigo 118º e do artigo 123º do RJIGT, e artigo 119º do RJUE, recomenda-se o envio das cartas que compõem a Planta de Condicionantes Gerais, a Planta de Condicionantes – Riscos Naturais e Antrópicos (Cartas de Perigosidade de Incêndio Florestal e Cartas de Áreas Ardidas), a Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, a Planta de Ordenamento – Património Classificado e Inventariado – Sistema Patrimonial e a Planta de Ordenamento – Mobilidade – Hierarquia Administrativa da Rede Viária para aprovação em Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal.
8. A reunião de câmara deve ser pública.
9. Em anexo segue CD com todas as cartas para republicação.

A Chefe da DPRRU,

Filomena Farinhas  
12/06/2017